



A teoria da dependência nos estudos de paz e de defesa

Dependency theory in peace and defense studies

La teoría de la dependencia en los estudios de paz y defensa

diego Lopes da Silva¹

Héctor Luís Saint Pierre²

DOI: 10.5752/P.1809-6182.2021v18n3p31

Recebido em: 27 de dezembro de 2020

Aprovado em: 04 de março de 2022

RESUMO:

Avaliamos o impacto das Teorias da Dependência nos Estudos de Paz e Defesa. Constatamos que essa abordagem, ainda que fértil, é negligenciada nos trabalhos contemporâneos sobre o tema. Para cobrir esta lacuna, revisitamos essa bibliografia destacando suas principais contribuições e ressaltando sua utilidade para uma abordagem crítica aos estudos de Defesa.

Palavras-chave: Dependência; Estudos de Paz; Defesa

RESÚMEN:

Evaluamos el impacto de las teorías de la dependencia en los estudios de paz y defensa. Concluimos que este enfoque, aunque fértil, es aún ausente en los trabajos contemporáneos sobre el tema. Para cubrir esta laguna revisamos esta bibliografía destacando sus principales aportes y destacando su utilidad para un enfoque crítico de los estudios de Defensa

Palabras-clave: Dependencia; Estudios de Paz; Defensa

ABSTRACT:

We evaluate the impact of Dependency Theory on Peace and Defense studies. We find contemporary scholarship still neglects this approach, despite its potential contributions. To fill this gap, we revisit this bibliography stressing its main contributions and its role in a critical approach to Defense studies.

Key words: Dependency; Peace Studies; Defense

1 Doutorando pela San Tiago Dantas. Pesquisador do Instituto Internacional de Estudos para a Paz de Estocolmo (SIPRI) e Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES). E-mail: diego.lopes.silva@outlook.com.

2 Doutor pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita. Coordenador-Executivo do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais IPPRI da Universidade Estadual Paulista UNESP, Pesquisador FAPESP (Processo2017/21557-4), Pesquisador Pq CNPq (Processo 310260/2017-5). Líder do Grupo de Defesa e Segurança Internacional GEDES. E-mail: saint.pierre@unesp.br.

INTRODUÇÃO

A difusão das Teorias da Dependência (TD) fora da América Latina é heterogênea. Em 1977, Fernando Henrique Cardoso publicou um artigo criticando os equívocos no ‘consumo’ da TD pela academia norte-americana (CARDOSO, 1977). Mormente, argumentava Cardoso, a formalização proposta pelos norte-americanos deturpava a ‘análise dialética de situações concretas’, principal aporte de sua obra com Faletto (CARDOSO, FALETTTO, 1967). Isto é, “a contribuição específica que essas análises de dependência podem fazer do ponto de vista metodológico – a ideia de contradição – é retirada” (CARDOSO, 1977, p. 15). ‘Consumos’ mais próximos aos preceitos originais da TD foram feitos pelos teóricos do Sistema-Mundo de Wallerstein (1974) e Amin (1974). A proximidade é tamanha que Chirot e Hall (1982) afirmam que a teoria do sistema-mundo é, na maioria das vezes, apenas uma adaptação norte-americana da Teoria da Dependência.

Recentemente, Kvangraven (2020) realizou uma ampla revisão da influência e da relevância atual da Teoria da Dependência. Ainda que o artigo em muito tenha contribuído para a revitalização da TD como um programa de pesquisa, outros ‘consumos’ da TD não foram incluídos. Neste breve texto, destacaremos o emprego da TD nos Estudos de Paz (EP) e Defesa (EPD). Johan Galtung (1971), o principal expoente dos EP, aproveitou o paradigma dependentista em sua teorização sobre o imperialismo, fertilizando os estudos sobre militarização no Terceiro Mundo. A atenção que propomos no ‘consumo’ da TD pelos EPD pretende jogar luz sobre uma utilização pouco conhecida dela e, especialmente, fornecer um novo enquadramento conceitual ao estudo

da militarização na América Latina. A incorporação da TD pelos EPD preenche lacunas analíticas importantes ao questionar as razões, consequências e limites da militarização de capital-intensivo em países em desenvolvimento.

MILITARIZAÇÃO DEPENDENTE

A militarização em sociedades de capitalismo dependente ou em desenvolvimento constitui um paradoxo perverso: a estrutura militar organiza-se em torno de um tipo de armamento que dificilmente essa sociedade pode produzir autonomamente. Dadas as dificuldades estruturais e domésticas para o avanço do setor industrial nacional, as sociedades periféricas encontram obstáculos consideráveis para fabricar materiais bélicos de capital-intensivo (SILVA, 2018). Nesse contexto, a autossuficiência produtiva de sistemas de armas é quimérica. Para Herbert Wulf (1979, p. 249), “enquanto existam grandes disparidades no nível de industrialização entre os países subdesenvolvidos e industrializados, a produção de armas na Periferia, nos padrões dos países industrializados, é impossível”.

Essa condição foi sintetizada por Wulf no conceito de “militarismo dependente”. Apesar de não o definir formalmente, Wulf é preciso sobre seu conteúdo semântico: “a importação de armas modernas permite uma penetração intensificada dos países metropolitanos em sociedades do mundo subdesenvolvido. Em vez do estabelecimento da independência política e militar, novas formas de dominação são criadas” (WULF, 1979, p. 246). No início dos anos 1990, o tema é retomado por Barnett e Wendt em duas ocasiões distintas (1992; 1993) por meio do conceito de “militarização dependente”. Todavia, as menções feitas por Barnett e Wendt ao trabalho

prévios de Wulf são raras e superficiais, desaproveitando de certo modo as potencialidades de um debate que aqui retomamos.

Aqui uma questão demanda cautela: a distinção entre “militarismo” adotado por Wulf (1979, p. 246), e “militarização”, utilizado por Wendt e Barnett (1992; 1993). Para estes, militarismo refere-se à disposição ao uso da força militar, ao passo que militarização diz respeito ao processo de acumulação das capacidades militares. Essa diferenciação entre os termos é bastante similar à sustentada por Eide e Thee (1980, p. 563): “a militarização se manifesta pelo incremento dos armamentos, nos avanços da capacidade destrutiva das armas, pelo número crescente de efetivos e aumento dramático das despesas militares”; ao passo que o militarismo seria “a inclinação para recorrer a meios militares de coerção para o tratamento de conflitos”. Ao contrário da precisão conceitual de Barnett e Wendt, no texto de Wulf uma definição mais clara sobre o conceito é ausente ou apenas insinuada. Contudo, é possível concluir que a conotação pretendida pelo autor para o termo militarismo é análoga àquela proposta por Barnett e Wendt ao processo de militarização, de modo que os conceitos de militarização dependente e militarismo dependente, somente e tão-somente nos termos aqui postos, são passíveis de serem tratados como intercambiáveis sem prejuízos analíticos consideráveis.

A principal contribuição de Wulf reside na elaboração teórica de uma via militar alternativa àquela baseada em capital-intensivo. Ele argumenta que, dentro do paradigma industrialista e tecnocrático, não há possibilidade dos países do então chamado Terceiro Mundo resistirem a eventuais incursões das potências internacionais (WULF, 1979, p. 253). Nesse sentido, o autor propõe uma militarização autossuficiente, que

abandone a emulação automática das doutrinas e equipamentos militares usados pelos países centrais. O afastamento do modelo universal da forma da força acunhado pela metrópole é a condição de possibilidade para se pensar concepções estratégicas de defesa adequadas à situação social e econômico-política dos Estados da Periferia (SAINT-PIERRE, 1990). Como afirma Wulf, “a ideia básica é a redução dos contatos com a metrópole ao mínimo possível, abandono da estrutura periferia-metrópole, e desenvolver conceitos militares, Forças Armadas e armamentos condizentes às necessidades do país em particular” (WULF, 1979, p. 254).

Imbuídos pela mesma inquietude que Wulf, Barnett e Wendt se perguntam: “dado que os Estados do Terceiro Mundo preferem uma militarização assentada em capital-intensivo, por que não perseguiram essa estratégia [de militarização] de um modo autossuficiente?” (BARNETT e WENDT, 1992). Segundo Barnett e Wendt (1992), os padrões de militarização podem ser qualificados em quatro tipos, inter-relacionados e segmentados em função da 1) a intensidade dos diferentes fatores de produção, e; 2) a dependência de fontes externas. Em relação aos fatores de produção, os tipos são: 1.1) militarização por capital-intensivo, que se articula em torno de armamentos modernos e de alta intensidade tecnológica utilizados por soldados com elevados níveis de profissionalização, e; 1.2) trabalho-intensivo, que se aproxima de desenhos de força não convencionais, estruturados na participação popular, com tropas de grande mobilidade munidas de armamentos leves. A segunda tipificação proposta por Barnett e Wendt (1992), relativa aos níveis de condicionamento externo no processo de militarização, divide-se em 2.1) auto-cêntrico, e; 2.2) militarização dependente.

Os traços específicos da militarização dependente são esclarecidos em publicação posterior onde argumentam que,

1) a dependência da economia internacional tende a criar regimes fracos para os quais as massas são uma ameaça a sua segurança ao invés de um recurso; 2) a dependência de assistência [externa] no campo da segurança em estruturas geopolíticas de impérios informais tende a criar elites cujas definições de segurança são aquelas de seus patronos, ao invés daquelas de suas massas; 3) a dependência da cultura militar global formata as ideias das elites sobre o que constitui Forças Armadas 'modernas'. (BARNETT, M.; WENDT, A. 1993, p. 322)

As três teses apresentadas por Barnett e Wendt são expressamente influenciadas pelas contribuições da TD. Não é surpresa que os autores tenham recorrido a ela para discutir a hierarquia internacional, a noção de anarquia internacional é relativamente estranha ao pensamento social latino-americano. Criticada, entre outros, pela TD, pelo Realismo Periférico de Carlos Escudé (1995), pela perspectiva emancipatória de Esther Ceceña (2005), ou pela autonomia periférica da Jaguaribe (1979) e Puig (1980), a ideia de um Sistema Internacional anárquico é rejeitada pela academia latino-americana. Sem generalizar esse estranhamento, resulta evidente que os principais logros intelectuais da região se posicionam criticamente à pretensa ausência de hierarquia internacional. Ao revisar a produção intelectual latino-americana no campo das Relações Internacionais e da Economia Política, Arlene Tickner (2008) evidencia esta percepção. Ainda que indiretamente, a literatura dedicada à noção de autonomia na Política Externa também enfrenta o problema da hierarquia.

A aproximação, mesmo que incipiente, entre a interpretação latino-americana da dependência e os estudos sobre produção e transferências de armamentos não é exclusiva de Bar-

nett e Wendt. Autores associados aos Estudos de Paz europeus, especialmente os nórdicos, ensaiaram movimentos similares. Øberg, por exemplo, incorpora o conceito de "Subimperialismo" originalmente atribuído aos escritos de Ruy Mauro Marini (1977), teórico marxista da dependência. Øberg argumenta que "desde uma perspectiva maior, baseando-se em fatores econômicos, políticos e sociais, pode se sustentar que os países produtores de armamentos são - ou aspiram ser - subimperialistas" (ØBERG, J. 1975b, p. 226). Noutra ocasião, este autor argumentou que o padrão de distribuição nas transferências de armamentos mimetiza as relações de dominação estrutural, constituindo-se, portanto, em uma dimensão do Imperialismo. Baseando-se nos dados referentes às transferências de sistemas de armas entre 1950 e 1973, Øberg conclui que o padrão emergente se assemelha a uma estrutura de dominação feudal:

existe uma alta concentração de poder de fornecimento; os clientes periféricos geralmente são altamente dependentes de um único fornecedor e este fornecedor geralmente possui uma posição de monopólio em termos de entregas de armas durante um longo período (ØBERG, J. 1975a, p. 218).

A noção de Imperialismo de Øberg, contudo, difere da sustentada nos escritos canônicos sobre o fenômeno. O autor, ao resgatar a temática, utiliza-se do conceito de Imperialismo oferecida por Johan Galtung como sendo "um sistema que divide coletividades e relaciona algumas das partes entre si em relações de harmonia de interesse e outras partes em relações de desarmonia de interesse ou conflito de interesses" (GALTUNG, 1971).

A publicação do artigo de Galtung (1971), no qual incorpora comedidamente os debates latino-americanos sobre a dependência, exerceu expressivo impacto nos escritos sobre militariza-

ção associados aos EP. Ainda que não pretendesse limitar sua proposição ao Materialismo Histórico nem às análises da sociologia compreensiva weberiana, Galtung assimilou à sua teoria escritos de André Gunder Frank (1972; 1980), Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1967), por exemplo. A dependência da Periferia em relação ao Centro configurava-se como um tipo de Violência Estrutural (GALTUNG, 1969), conceito ubíquo e essencial aos Estudos de Paz.

A fértil justaposição entre a TD e os EP ensaiada por Galtung em 1971 fomentou a publicação de outros escritos de recorte teórico similar. Ulrich Albrecht (1972), e.g., criticou agudamente o conteúdo programático das pesquisas relacionadas às transferências de armamentos. A abordagem estadocêntrica é limitada, argumentou Albrecht, uma vez que a decisão pela importação de armamentos é delegada a um grupo específico na estrutura governamental, que não necessariamente reproduz em suas ações os interesses da sociedade. Desde uma abordagem dos EP, ele argumenta que “a transferência de armamentos é de fato compreensível apenas se for considerada como apoiada não pela nação como um todo, mas por pequenos grupos dominantes, favorecidos pelos interesses de classe.” (ALBRECHT, 1972, p. 169).

Ulrich Albrecht integra um subgrupo de pesquisadores que interpretaram dinâmica armamentista desde posições epistemológicas associadas ao Materialismo Histórico. Noutro artigo, escrito com Dieter Ernst, Peter Lock e Herbert Wulf, Albrecht argumenta que

Os armamentos não foram apenas decisivos para manter a desigualdade do desenvolvimento capitalista mundial, mas, ao mesmo tempo, desempenharam um papel crucial na indução, estabilização e expansão dos processos de acumulação de capital dentro das metrópoles [...] (ALBRECHT et al, 1974, p. 175).

A aproximação entre as dinâmicas de militarização e os conceitos da TD também foi percebida por autores da Economia Política. André Gunder Frank, um dos maiores expoentes da TD, também se dedicou eventualmente à análise da militarização. Como resposta ao aparente paradoxo da produção de armamentos em países periféricos, Frank (1980, p. 236) afirmou que o objetivo primordial dessa produção de armas “é [...] maximizar as despesas públicas nos produtos e lucros na indústria nacional de bens de capital e máquinas”. A leitura de Frank é inspirada na proposta original de Rosa Luxemburgo, para quem o militarismo era uma província de acumulação do capital. À sombra do conflito, os países capitalistas extraem do proletariado as receitas necessárias à manutenção de seus exércitos por meio da taxa-ção; transfere-se, portanto, o poder de compra das massas para o Estado. Nas mãos deste, os recursos tornam-se demanda por armamentos, “livre dos caprichos e flutuações subjetivas do consumo pessoal, ele obtém uma regularidade quase automática e um crescimento rítmico” (LUXEMBURGO, [1913] 2003, p. 446)

Mariutti (2015) facilita a compreensão do militarismo em Luxemburgo ao sublinhar três aspectos essenciais de seu pensamento. Em primeiro lugar, o militarismo é produto de um estágio específico do capitalismo que, ao expandir-se, transplanta a estes novos sítios as rivalidades europeias. Igualmente, o militarismo é instrumento pelo qual, internamente, impõe-se a dominação coercitiva sobre a classe trabalhadora, ao passo que em sua dimensão externa, instiga o conflito e acumula o capital. Finalmente, o terceiro elemento, que Mariutti destaca como o mais importante, refere-se à capacidade motriz do militarismo como força da expansão capitalista, cuja realização se dá no plano internacional.

O argumento de Luxemburgo ([1913] 2003) é contundente. Não obstante, para os países periféricos sua validade requer qualificação. Se nos países desenvolvidos a demanda por produtos militares é suficiente para estimular o setor bélico nacional, nos subdesenvolvidos, principalmente aqueles situados em regiões de baixa incidência de conflitos entre Estados, isto já não procede. A razão já fora antevista por Luxemburgo: “Para sua satisfação, essa demanda [militar] pressupõe, no entanto, a existência prévia da grande indústria, da produção em grande escala, ou seja, das condições mais favoráveis à produção de mais valia e à acumulação” (LUXEMBURGO, [1913] 2003, p. 97). Essa exigência dificilmente é satisfeita pelos países periféricos. Na Periferia, a demanda do Estado por petrechos militares é quase totalmente suprida pela produção bélica dos países centrais. Se de fato o militarismo é uma província de acumulação, é necessário ressaltar que essa província não fica na Periferia.

AUTONOMIA E DECISÃO

O ‘consumo’ da TD pelos EPD apresenta um conjunto de reflexões que, não obstante produzidas majoritariamente entre os anos 1970 e 1990, guardam relevância para analisar a militarização contemporânea e certa originalidade desde uma perspectiva da periferia do sistema internacional. Esses escritos sugerem que a militarização dependente reduz, quando não anula, a autonomia da decisão política. Se a quantidade e qualidade do arsenal de um país é um critério para avaliar sua capacidade defensiva –em última instância, de sua soberania– a importação dos meios da violência estabelece uma clara hierarquia entre os que produzem os armamentos e os receptores que incide no processo de decisão destes.

A autonomia da decisão de uma unidade política é relativa à liberdade da sua ação estratégica que depende, entre outras coisas, da independência dessa unidade para se prover dos instrumentos da violência adequado a sua concepção estratégica. Por sua vez, conforme a literatura discutida neste texto, a independência do arsenal depende da capacidade de produção nacional para se abastecer ou da diversidade de provedores que permita sua substituição com relativa facilidade e velocidade. Ainda assim, no último caso, sempre se estabelece uma relação de dependência em relação aos provedores de armamento, por mais numerosos e diversificados que eles sejam (WULF, 1979).

A complexidade do arsenal mundial contemporâneo, centrado em sistemas de armas que carregam sofisticadas tecnologias, torna a diversidade de provedores limitada. São poucas as empresas que produzem a maior parte dos sistemas de sistemas de armas de ponta. Elas controlam e provêm materiais similares, imprimindo um isomorfismo militar global. Assim, todos os países dependem, tanto para o seu desenvolvimento tecnológico, quanto para manter atualizado o seu arsenal nacional, dos projetos, instrumentos, testes, peças e componentes sensíveis que são proporcionados e controlados pelo complexo industrial-militar que define a característica e a tendência do arsenal global (KALDOR, 1976).

Dada a estrutura firmemente hierárquica entre os países e seguindo as regras do mercado, poder-se-ia pensar que o maior comprador de sistemas de armas pode impor os critérios de venda às empresas do complexo industrial-militar. Considerando o grau de concentração de produção e consumo desse material, pode-se supor que esses poucos países que produzem e consomem alta tecnologia em sistemas de ar-

mamentos repassarão a tecnologia para outros países apenas quando para eles tenha sido totalmente controlada e superada. Obviamente, o maior consumidor de armamento não permitirá que o complexo industrial-militar global entregue a tecnologia de ponta que ele consome para outros países, menos ainda para aqueles que possam ser uma ameaça. Ou seja, ainda que essas empresas tenham uma existência supranacional, sofrerão a pressão do maior comprador na definição e critérios da distribuição mundial dos seus produtos. Mas, por outro lado, para manter a prioridade tecnológica requerida, esse país deverá comprar material bélico à altura das exigências das empresas monopólicas, fechando um círculo de dependência recíprocas.

Como a tecnologia de ponta é restrita e sua transferência depende de arranjos políticos, os países compradores ficam hierarquicamente subordinados ao maior consumidor na escala do ranking do arsenal mundial e só poderão adquirir a tecnologia que o maior comprador descarta por obsoleta. Assim, na medida em que os países adquirem armamento tecnológico ou procuram seu desenvolvimento para defender sua decisão, paradoxalmente aumentam sua dependência tecnológica, diminuem sua liberdade de ação estratégica e, conseqüentemente, perdem autonomia na decisão política. O paradoxo do desenvolvimento tecnológico para a Defesa consiste em que quanto mais se desenvolve tecnologia bélica dependente, mais se aprofundam os laços da dependência estratégica e mais se compromete a autonomia da decisão política.

O que se transfere com os sistemas de armas é um artefato tecnológico que, ao se mostrar, oculta a tecnologia subjacente. Em realidade, o artefato impede o acesso à tecnologia que nele se oculta (HEIDEGGER, 2007). O conhecimento transferido com o artefato é o

suficiente para saber usar, nunca o necessário para produzir e menos dominar as tecnologias embarcadas que possam ser usadas em outras combinações com outros objetivos. O conhecimento passado é relativo ao “como se usa?” e não ao “como se faz?” e muito menos ao “o que é?”. Cria-se a falsa impressão de que se incorporam novas tecnologias à defesa quando em realidade apenas se incorporam produtos tecnológicos.

CONCLUSÃO

Os autores analisados utilizaram a TD nos EPD de diferentes formas. Entretanto, há uma concordância trágica entre eles que não pode ser ignorada: a militarização de capital-intensivo na Periferia tem chances escassas, se não inexistentes, de garantir autossuficiência na produção de armamentos e, conseqüentemente, a autonomia na decisão política. Assim, a militarização dependente demanda a identificação das suas especificidades e fundamentos originários e originais. O estabelecimento de paralelos anacrônicos entre a experiência de militarização na Periferia e no Centro está fadado a equívocos e à inobservância dos fatores críticos.

Desmontar as cláusulas da dependência militar exige remover suas raízes culturais, epistêmicas e históricas, as mais profundas delas arraigadas na formação militar. Resulta irônico que justamente o instrumento do Estado específico para defender a autonomia das decisões estatais assegure os grilhões da sua dependência. O “esforço de teorização autônomo” ao que se refere Furtado (1961) em relação à economia, também se aplica ao âmbito da Defesa, estreitamente imbricado com aquele. Ela não pode ser outra coisa que uma profunda reflexão, an-

corada na autonomia de uma epistemologia do Sul com perspectiva anticolonial.

O Sistema-Mundo, fortemente hierarquizado, tem na militarização de capital-intensivo o molde e grilhão da dependência econômica e da decisão. Por isso os estudos de Defesa, de desenvolvimento tecnológico, de transferência de armamento, de desenho estratégico, do componente militar e das relações civis-militares devem ser analisados em profundidade e revistos desde o pensamento crítico e a TD. Por sua vez, o desenho das políticas públicas que visem a autonomia da decisão deverá abandonar teorias e prescrições forâneas desconstruindo discursos teóricos e narrativas coloniais, desenvolvendo “conceitos que permitam apreender as sínteses dominação-resistência, hegemonia-emancipação, poder-democracia ou indivíduo-comunidade” (CECEÑA 2005).

A renovação epistemológica para a autonomia da decisão requer a elaboração de um Programa de Pesquisa Científica fundado no questionamento da militarização de capital-intensivo imposta e que, sobre as condições de possibilidade socioeconômicas e políticas, formule uma Grande Estratégia que reconstrua a articulação das capacidades do Estado visando a independência de uma Defesa da autonomia da decisão eficiente e eficaz. A condição de possibilidade da Defesa na periferia consiste em adequar a forma da força à especificidade do sistema produtivo e de organização sociopolítica que se pretende defender. A história mostra que os países que resistiram à violência da hierarquia internacional o fizeram com armas e estratégias tecnologicamente adequadas a suas realidades nacionais.

NOTA: As interpretações discutidas pelos autores não refletem o posicionamento de nenhuma instituição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBRECHT, Ulrich; DIETER, Ernst LOCK, Peter; WULF, Herbert. Armaments and underdevelopment. **Security dialogue**. Vol. 4, Nº 2, 1974.
- ALBRECHT, Ulrich. Militarization, Arms Transfer and Arms Production in Peripheral Countries. **Journal of Peace Research**. Vol. 12, No. 3, 1972.
- AMIN, Samir. Accumulation on a World Scale: A Critique of the Theory of Underdevelopment. New York: Monthly Review Press, 1974
- BARNETT, Michael; WENDT, Alexander. The Systemic Sources of Dependent Militarization. In: JOB, Brian (Ed.). **The Insecurity Dilemma**. Boulder: Lynne Rinner, 1992.
- BARNETT, Michael; WENDT, Alexander. Dependent State Formation and Third World Militarization. **Review of International**. Vol. 19, 1993, p. 321-347.
- CARDOSO, Fernando Henrique. The Consumption of Dependency Theory in the United States. **Latin American Research Review**. Vol. 12, Nº 3, 1977.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- CECEÑA, Ana Esther: Hegemonias y Emancipaciones no Século XXI. São Paulo: CLACSO, 2005
- CHIROT, Daniel; HALL, Thomas. World-Systems Theory. **Annual Review of Sociology**. Vol. 8 pp. 81-106, 1982.
- EIDE, Arbjorn; THEE, Marek. Introduction. In: EIDE, Arbjorn; THEE, Marek (Eds.). **Problems of Contemporary Militarism**. New York: St. Martin's Press, 1980.
- ESCUDE, Carlos. **El realismo de los estados débiles**. Buenos Aires: GEL, 1995.
- FRANK, André Gunder. Arms Economy and Warfare in the Third World. **Third World Quarterly**. Vol. 2, No. 2, April, 1980.
- FRANK, André Gunder. Dependence Is Dead: Long Live Dependence and the Class Struggle. **Partisans**. No. 68, 1972, p. 52-70.
- FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- GALTUNG, Johan. A Structural Theory of Imperialism. **Journal of Peace Research**, Vol. 8, No. 2, 1971.
- GALTUNG, Johan. Violence, Peace and Peace Research. **Journal of Peace Research**. Vol. 6, No. 3, 1969.
- HEIDEGGER, Martin. A questão da Técnica. São Paulo: **Scientiæ Studia**, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 375-98, 2007
- JAGUARIBE, Helio. Autonomía periférica y hegemonía central. **Estudios Internacionales**. Vol. 46, N. 91, 1979.
- KALDOR, Mary. The Arms Trade and Society. **Economic and Political Weekly**, Vol. 11, No. 5/7, Annual Number: Limits of Export-Led Growth (Feb., 1976), pp. 293+295+297+299+301
- KVANGRAVEN, Ingrid H. Beyond the Stereotype: Restating the Relevance of the Dependency Research Programme. **Development and Change**. Vol 52, Nº 1, 2020, p. 76–112.
- LUXEMBURGO, Rosa. **The Accumulation of Capital**. London: Routledge, 2003 [1913].
- MARINI, Ruy Mauro. La acumulación capitalista mundial y el subImperialismo. **Cuadernos Políticos**. N. 12. México: Ediciones Era, 1977.

MARIUTTI, Eduardo Barros. Militarismo e Imperialismo no Pensamento de Rosa Luxemburgo: Uma Síntese. **Texto para Discussão 250**. Instituto de Economia da Unicamp. Campinas, Janeiro, 2015.

ØBERG, Jan. Arms trade with the third world as an aspect of imperialism. **Journal of Peace research**. Vol. 12, Nº 3, 1975.

ØBERG, Jan. Third World armament: domestic arms production in Israel, South Africa, Brazil, Argentina and India 1950-75. **Instant Research on Peace and Violence**. Vol. 5, Nº 4, 1975, p. 222-239.

PUIG, Juan Carlos. **Doctrinas internacionales y autonomía latinoamericana**. Caracas: Instituto de Altos Estudios de América Latina, Universidad Simón Bolívar, 1980.

SAINT-PIERRE, Héctor Luís. Adequação Entre Concepção Estratégica e Modelo de Estado: O Caso do Exército Vermelho. **Política e Estratégia**. Vol. 8, Nº2, abril/dezembro, 1990.

SILVA, D. **Armas, capital e dependência**: um estudo sobre a militarização na América do Sul. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/154155>. Acesso em: 30 sep. 2022.

TICKNER, Arlene. Latin American IR and the primacy of *lo práctico*. **International Studies Review**. Vol. 10, 2008.

WALLERSTEIN, Immanuel. Dependence in an Interdependent World: The Limited Possibilities of Transformation Within the Capitalis World Economy. **African Studies Review**. Vol. 17, Nº 1, April, 1974.p. 1-26.

WENDT, Alexander; BARNETT, Michael. Dependent State Formation and Third World Militarization. *Review of International*. Vol. 19, 1993.

WULF, Herbert. Dependent Militarism in the Periphery and Possible Alternative Concepts. In: NEUMAN, Stephanie; HARKAVY, Robert (Eds.). **Arms Transfers in the Modern World**. New York: Praeger, 1979